

São Filipe, 30 Ago (Inforpress) – A Comissão de Aconselhamento, órgão consultivo do Gabinete de Reconstrução do Fogo, reúne-se a 03 de Setembro na Cidade da Praia na sua primeira sessão ordinária para analisar um conjunto de questões relacionadas com a reconstrução da ilha. A Comissão de Aconselhamento é integrada pelos diversos Ministérios, as Câmaras Municipais da ilha e três representantes da população de Chã e segundo Albino Moreira, vogal do Gabinete de Reconstrução da Ilha (GRF) nesta sessão vai ser analisado o documento estratégico elaborado na sequência da erupção, PDNA, e apresentado o plano de acção do GRF visando a recolha de contribuições dos intervenientes. Para preparar o encontro da Comissão de Aconselhamento o vogal do Conselho Directivo do GRF esteve na ilha do Fogo para encontro com os deslocados e para recolha de preocupações, observando que após a reunião deste órgão muita coisa irá mudar. Albino Moreira que reuniu-se com os deslocados nos povoados de Monte Grande e Achada Furna disse ter recolhido um conjunto de subsídios que serão analisados na reunião, além de avaliar os impactos das chuvas nas residências que estão a ser reabilitadas. Este não quis avançar se as obras estão paralisadas ou não, indicando que tem agendado um encontro com as empresas responsáveis pela execução das obras de reabilitação das 110 moradias construídas em 1995. O GRF, criada pela resolução 13/2015, de 26 de Fevereiro, é constituído pelo Conselho Directivo, composto por um presidente e dois vogais executivos, compete dirigir a actividade do GRF, promover e coordenar acções necessárias a mobilização de fundos para a reconstrução, assegurar a gestão técnica e coordenação dos fundos, elaborar planos de actividades, promover assistência técnica às iniciativas de investimento e desenvolvimento socioeconómico das localidades afectadas, de entre outros. Além do Conselho Directivo, o GRF é constituído por um Secretariado Técnico e uma Comissão de Aconselhamento que de entre os seus vários membros constam três representantes da população afectada de Chã das Caldeiras, e tem de entre outras funções, a de emitir parecer não vinculativo sobre projectos de reconstrução, assegurar o acompanhamento de execução de plano e projectos para a reconstrução da ilha. JR/ZS Inforpress/Fim